

Emanuel foi reeleito prefeito de Cuiabá conseguiu 135.871 votos

Gilberto Leite



PÁG. 3

Falta de insumos trava produção

Reflexo do período de isolamento social, ocasionado pela pandemia de covid-19, a falta de matéria-prima tem dificultado a produção nas indústrias brasileiras comprometendo até 81% da produção, de acordo com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Algumas das consequências é o desequilíbrio entre as cadeias produtivas e o encarecimento de produtos para o consumidor final. O setor que mais reclama da falta de matéria-prima é o de moveis

PÁG. 7

"Não fecharemos 300 escolas"

O secretário de Estado de Educação, Allan Porto, garantiu que não pretende fechar 300 escolas estaduais. Ele vai na Assembleia na última quarta-feira (25) para explicar a situação aos deputados, mas já adiantou qual o planejamento da Seduc para essas unidades. A informação foi levantada pelo deputado estadual Lúdio Cabral (PT), que afirmou que o governo pretende adotar a medida para cortar custos, o que motivou uma série de protestos contra o fechamento dessas unidades de ensino

PÁG. 5



Marcos Vergueiro/Secom-MT

Fim da 'trava' nas licenças ambientais

Sistema lançado pelo governador Mauro Mendes (DEM) na última segunda-feira (23) prevê prazo máximo de 30 dias para licenciamento ambiental de empreendimentos, o que deve estimular novos investimentos no estado. O sistema faz parte de um pacote de medidas do governo estadual para desburocratizar os serviços públicos e criar um ambiente de negócios mais propício para os investidores

PÁG. 4

Academias exigem horários ampliados

Seguindo as restrições de horários de funcionamento devido à pandemia, as academias de Cuiabá cobram novamente a prefeitura do município quanto aos horários de funcionamento dos locais. Atualmente, as academias fecham às 14h e só podem abrir às 16h

PÁG. 6

Após 27 anos, Judiciário volta a ter uma mulher na presidência

Assessoria/TJMT



Após quase três décadas, uma mulher assume novamente o comando do Poder Judiciário Mato-grossense. A desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas foi eleita presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) para o biênio 2021/2022. Ela terá como vice a desembargadora Maria Aparecida Ribeiro. A eleição da nova diretoria do TJMT ocorreu na tarde da última quinta-feira (26) durante a sessão extraordinária administrativa do Tribunal Pleno

PÁG. 3

Reprodução/Facebook



Eliene Liberato faz história em Cáceres

PÁG. 3

EDITORIAL

Volta à ativa

Outubro foi um mês particularmente positivo para a economia brasileira. Além dos dados animadores sobre o crescimento da atividade industrial, o Ministério da Economia divulgou na última quinta-feira (26) a atualização do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que mostra recorde histórico na geração de novas vagas de trabalho durante o mês de outubro. Foram 394.989 empregos com carteira assinada criados, o maior número desde o início da série histórica em 1992.

Foi o quarto mês consecutivo de saldo positivo nas contratações, e de crescimento no número de vagas abertas. Ainda assim, não foi o suficiente para recompor as perdas sofridas durante o período mais grave da crise trazida pela pandemia. Se pegarmos a soma desde o início do ano até outubro, ainda há pelo menos 170 mil vagas de trabalho formais a serem reabertas no mercado de trabalho. Contudo, há expectativa de que isso se reverta até o final do ano, haja vista o intenso movimento de retomada do crescimento econômico.

As contratações de fim da no podem ajudar a fechar o ano no positivo, ou ao menos em uma zona neutra do saldo de empregos. São esperadas pelo menos 400 mil contratações neste final de ano para fazer frente à alta demanda do comércio no período festivo e, como haviam muitas vagas abertas, será grande a quantidade de temporários que se tornará efetivo.

Para ajudar, a indústria brasileira está com estoque abaixo do planejado para o período, apesar da utilização da capacidade instalada ter chegado em um dos níveis mais altos dos últimos anos. Por isso, a expectativa é que continuará havendo contratações nas indústrias para suprir a demanda.

Os números do Caged revelam uma tendência particularmente animadora. O setor de serviços, que era o mais resistente à retomada devido às particularidades que lhe são próprias, foi o que mais gerou empregos durante o mês de outubro, com salto de 156.766 vagas abertas. O comércio gerou outros 115,6 mil postos de trabalho e a indústria abriu 86,4 mil vagas.

Resta saber agora como essa recrudescência da pandemia no Brasil irá afetar os setores econômicos. Se houver medo generalizado, como houve quando o coronavírus chegou ao país, é provável que enfrenemos uma nova queda na atividade econômica. A incerteza



particular é quanto ao auxílio emergencial, que já criou um grande rombo nas contas públicas e provavelmente não voltará a ser utilizado caso a economia volte a encolher. O cenário permanece de incertezas, mas há uma luz no fim do túnel, sobretudo com a possibilidade de uma campanha de imunização coletiva após a disponibilização das vacinas.

Caminho para o desenvolvimento

Mauro Mendes (*)

Líder na produção do agronegócio nacional, Mato Grosso se tornou um gigante do setor. Mesmo com todas as adversidades existentes pela sua localização geográfica, o estado tem o maior PIB Agrícola do país. É o primeiro no Brasil na produção de soja (29,9% da safra nacional), além de milho, algodão, carne bovina e etanol de milho. Nos próximos cinco anos, Mato Grosso quer superar a marca de 100 milhões de toneladas produzidas no estado. Em dez anos, a meta é dobrar a produção. Tudo isso de maneira sustentável.

Contudo ainda há entraves que precisam ser solucionados. O estado tem oito mil quilômetros de estradas estaduais pavimentadas e outros 22,3 mil quilômetros de estradas não pavimentadas. É inviável econômica e estrategicamente que o poder público, sozinho, pavementente e fique responsável pela manutenção de dezenas de milhares de quilômetros de asfalto num estado com as dimensões do Mato Grosso. É preciso focar em eficiência, economia e resultado, com a adoção de modelos que

têm dado certo em outros cantos do Brasil e do mundo. A concessão de estradas à iniciativa privada é um deles e acreditamos nisso. As rodovias bem conservadas em estados como São Paulo e nos países da Europa, por exemplo, são majoritariamente frutos de concessão.

Esse é o caminho que os estados brasileiros precisam seguir. Investimentos em infraestrutura para melhorar e tornar mais eficiente o escoamento da produção estão em linha com a análise feita pelo Banco Mundial, que apontou serem necessários investimentos anuais de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) nesta área para aprimorar a qualidade de vida dos brasileiros — atualmente esse investimento está na casa dos 2% do PIB.

No caso de Mato Grosso, a política de concessões já é uma realidade e tem sido uma das prioridades de investimentos desde o ano passado, com um ambiente jurídico seguro para as empresas, respeitando os editais e os processos legais. Isso é fundamental para a atração de investimentos em qualquer lugar.

Hoje, 26 de novembro, serão levadas a leilão 512,2 quilômetros de rodovias do

estado. São três pontos distintos e que concentram boa parte do agronegócio da região. Áreas que não são apenas expectativas, mas realidade e celeiro da produção agrícola e da pecuária.

São concessões rentáveis e que deverão movimentar, nos próximos anos, R\$ 5,9 bilhões, com retorno de 9,2% para os investidores, segundo o Grupo Hoyer, autor dos estudos dos projetos a serem leiloados.

Mato Grosso também desponta no processo de concessões de rodovias por meio das PPP Sociais, uma inovação criada no estado e que tem possibilitado a manutenção de centenas de quilômetros de estradas, com menor potencial de investimento para o setor privado. Também é um bom modelo a ser replicado em outros estados. Ao todo, são 310 quilômetros que estão sob a concessão de associações de produtores que investiram recursos e hoje cobram pedágios para manter as estradas em bom estado de conservação. Nessa modalidade, também foram lançados editais para a concessão de mais 419 quilômetros.

Além disso, o estado tem colocado em prática uma agenda robusta de

investimentos, que soma R\$ 9,5 bilhões, sendo mais da metade (R\$ 4,73 bilhões) para o setor de infraestrutura, com verba própria e de financiamento.

Isso tem sido possível porque o estado mantém as contas e o equilíbrio financeiro em dia, por meio da adoção de medidas como reforma administrativa, corte de gastos, renegociação de dívidas, combate à sonegação e revisão de incentivos fiscais. O esforço gerou um superávit financeiro em 2019, além da previsão de mais de R\$ 2 bilhões para este ano, uma situação que não ocorria desde 2008.

Investimentos e iniciativas como estas vão ajudar a manter Mato Grosso no topo da produção do agronegócio, não só no país, mas também entre os principais players mundiais, gerando emprego e oportunidades para todos os setores.

MAURO MENDES é governador de Mato Grosso.



Lei Kandir, uma questão de justiça!

Wellington Fagundes (*)

O Senado Federal escreveu mais um capítulo de justiça na história. A aprovação do Projeto de Lei Complementar 133/2020, de minha autoria, que dá um grande passo para a solução de um problema que se arrasta há duas décadas, com comprovadas perdas para Estados e municípios — logo, para a população. Portanto a compensação financeira aos exportadores de produtos primários e semelaborados é sim, uma questão de justiça.

A solução também é importante para o federalismo brasileiro, não apenas pelo risco que o descumprimento representava ao Pacto Federativo, mas também pela instabilidade política e jurídica que o tema tem causado aos entes federados. Como maior produtor e exportador de soja, milho, algodão, carnes bovinas, suína e frango, entre outros, Mato Grosso era um dos mais prejudicados. Felizmente, estamos vencemos!

A rigor, Estados e municípios completariam, ao final de 2020, três anos padecendo

com a falta dos recursos dessa compensação. No último ano de Governo do presidente Michel Temer e nos dois anos, a se completar, do Governo Bolsonaro, o Auxílio Financeiro de Fomento às Exportações, o FEX, que é uma liberalidade do Executivo, deixou de ser pago, causando vários transtornos aos nossos administradores estaduais e municipais.

Tais transtornos significa não conseguir cumprir com o esmero necessário e obrigatório com as expectativas da sociedade, que clama pela melhoria da qualidade dos serviços públicos. A transferência desses recursos no tempo certo é fundamental ainda para que muitos prefeitos, que deixarão seus mandatos, evitem o risco de serem enquadrados em crime de responsabilidade por deixar contas a serem pagas para seu sucessor.

Os R\$ 4 bilhões previstos para serem transferidos ainda este ano já estão reservados. Há duas semanas, foi aprovado o PLN 18, que alterou a LDO 2020 para fazer cumprir o acordo previsto na Ação Direta de

Inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal, em maio de 2020. Esse acordo redundou na compensação das perdas dos entes federados com a Lei Kandir.

Por uma questão de justiça, é preciso deixar claro que o acordo firmado no âmbito do STF, entre União e Estados (e, por consequência, os municípios), referendado pelo Senado, que promoveu alterações nos regulamentos da Constituição Federal — começou a ser construído no anseio do movimento municipalista — por meio da Associação Matogrossense dos Municípios, encampado pela Confederação Nacional dos Municípios — e que o Congresso abriu, quando criou a Comissão Especial Mista da Lei Kandir.

Após muito trabalho e muitas discussões, sob minha relatoria, apontou-se perdas consideráveis na ordem de R\$ 39 bilhões ao ano. O valor firmado no entendimento entre a União e os entes federados, diante da crise fiscal, chega-se a bom termo. Os R\$ 65,6 bilhões a serem repassados em decorrência das perdas da Lei Kandir, ao

longo de 10 anos, é o que foi possível dentro da comprovada restrição fiscal que o Brasil atravessa.

Agora, todas as expectativas se voltam para que a Câmara dos Deputados aprecie e vote com agilidade esse projeto, e entregue essa proposta de Lei Complementar para sanção do presidente da República, de forma que se produzam os efeitos ainda este ano.

Ao fim, é certo que esses recursos, seguramente, vão ajudar os municípios a melhorar as condições administrativas, ofertando melhor saúde, melhor educação, melhor assistência social, melhor qualidade de vida e valorização das cidades. Portanto, uma questão de justiça!

WELLINGTON FAGUNDES é senador por Mato Grosso e vice-presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Municípios Brasileiros.



A importância do cidadão

Lourenbergue Alves (*)

A disputa eleitoral é algo importante. Necessária. Imprescindível, na verdade. Não por conta do bate-boca bastante frequente entre candidatos, apoiadores ou torcedores. Bate-boca é briga de rua, de esquina. Briga que não acrescenta em nada, nem para o eleitorado, tampouco para o processo democrático. Ainda que seja exatamente isso que se vê a cada dois anos, seja em eleições municipais ou nas gerais. Filme repetido, enredo desgastado,

“script” velho. Mesmo que um ou dois dos responsáveis por esse triste espetáculo venham a dizer, e sempre dizem ser o “novo”, o “não político tradicional”, mas sim os que vivem para a política, com vistas ao interesse público e coletivo. Dizem isto com entonação, falseiam a voz, afinal, foram treinados. Mas, ao dizê-los, ainda que com gestos decorados e ensaiados, emitem tão somente o som da boca, não o da razão.

Razão que os desmascaram, pois, em nada, sequer, se parecem com o que

afirmam ser. São, de verdade, iguais aos demais, até nos vícios, ainda que venham, e se esforçam bastante para se mostrarem diferentes. Estão longe de sê-los. O que requer do eleitor atenção desdobrada, senso crítico aguçado, mesmo que não seja amante das obras de Hitchcock, nas quais a oralidade diz uma coisa, aponta um sentido, mas a imagem diz outra muitíssimo diferente. Ilusionista é apenas um traço comum entre eles. Um segundo traço é o de falsear a realidade, supervalorizando seus feitos, embora nada tenham de importante para realça-los. Não sem razão, portanto, que se fala que o discurso político é, por excelência, o lugar do jogo de máscaras. Uma vez mais, requer do eleitorado que evite ser apenas votante, e torne-se cidadão, imbuído de criticidade, até para não comprar “gato por lebre”. Possibilidade existente, e não se pode ignorá-la, nem fingir-se que ela não existe. Existe, e é verdadeiramente real. Isto leva à outra verdade, irrefutável, a de que a mentira sempre foi, e é a protagonista do jogo político-eleitoral.

Alguns podem até argumentar, e, ao fazê-lo, agarram-se a tese das meias-verdades. Meias-verdades, contudo, são mentiras por inteiras. De novo, o cidadão é convocado para agir, para avaliar, muito embora, a todo instante, pode ser entretido pelas ondas ilusionistas do marketing. Não se tem dúvida que pode ser tentado, e será a todo instante levado, mas o seu papel, até como tal, e não mais na condição de simples votante, a refutar as fantasias, as frases

ocas, os dizeres sem sentidos. Tarefa nada fácil. Até por conta do próprio jogo. Um jogo que se dá pela emoção. Os atores desse mesmo jogo, “novos” ou não, insistem em mantê-lo na esfera emocional, uma vez que é bem mais tranquilo seduzir seus alvos. Daí os ataques pessoais e o uso da palavra Deus, rotineiramente, bem como de algo que possa ligar o eleitor aos seus e a terra. O que quebra qualquer possibilidade para a reflexão.

O refletir, por outro lado, obriga o leitor a tomar para si o direito dele próprio se decidir, e, então, fica longe, bem longe de ser um alvo fácil. E, assim, percebe o que era, antes, imperceptível, não notado. Soma-se a isso, claro, o fato de que ele valoriza o conhecer. Não qualquer conhecer. Conhece-se com os olhos da alma ou com os olhos da inteligência, no dizer de Sócrates. Olhos que recebem a luz do sol. Luz que agride o olhar, quando este se vê diante de seus raios, assim que o leitor escapa do fundo da caverna, e se transforma unicamente em cidadão. Mudança necessária, imprescindível, desacompanhada de quaisquer fantasias, inclusive as de que o mal está no candidato “A”, nunca no “B”, o corrupto é sempre o primeiro, jamais o segundo. Tem-se, aqui, a importância da disputa eleitoral. Importância para o eleitorado, o cidadão. É isto.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e analista político.



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

PREFEITURA DE CUIABÁ

Emanuel Pinheiro (MDB) prega união, a começar por Mendes: "Vamos juntos trabalhar pela nossa cidade"

Emanuel ganha no 2º turno

Gilberto Leite



Da redação

Reeleito por uma pequena margem de votos, o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) pregou a união dos cuiabanos, superando as desavenças políticas, diante de uma cidade que parece dividida pelo placar de 51,15% contra 48,85% nas urnas. Por isso, Emanuel pretende começar sua 'jornada de pacificação' com o governador Mauro Mendes (DEM), que apoiou seus adversários e fez duras críticas durante todo o processo eleitoral.

Emanuel saiu de sua casa para conversar com os jornalistas no último domingo (29) vestindo uma camisa que man-

dava um recado a seu adversário, o vereador Abílio (Podemos), com os seguintes dizeres: "A verdade venceu a mentira". No entanto, em seu discurso, Emanuel afirmou que vai absorver o recado das urnas e trabalhar pela união em prol de Cuiabá.

"Vou absorver o recado e, acima de tudo, quero pregar a união. Cuiabá somos todos nós e eu quero, como prefeito, ser uma ponte entre Cuiabá e os anseios da população. E quero começar isso com o governador do Estado, Mauro Mendes [...] e a partir daí quero pregar essa união com todos aqueles que não votaram em mim", pontuou.

O prefeito reeleito foi direto em seu recado ao governador. Pediu que as desavenças fossem colocadas de lado para que os dois comecem a trabalhar juntos pelo futuro da capital. "Olha o recado da população cuiabana para nós dois. Eu quero construir uma ponte entre nós dois".

"Chega, a eleição passou. Nós dois juntos, Mauro, Cuiabá vai ganhar muito mais. A população cuiabana vai ganhar muito mais. Ninguém segura Cuiabá. Essa é minha proposta para você. Basta de ataques, de acusações gratuitas que não levam a nada. Vamos juntos, eu e você, trabalhar cada vez mais por nossa cidade", pontuou.

Vibrante pela vitória, Emanuel agradeceu até a seu concorrente, mas em tom de ironia. É que durante a corrida eleitoral, Abílio chegou a falar que os indecisos poderiam votar em Emanuel, dizendo que as diferenças entre os dois eram claras. Essa fala de Abílio foi explorada pela campanha de Emanuel e, na avaliação do vitorioso, colaborou para o resultado.

"Eu agradeço a ele. Quem tava na dúvida votou no melhor para Cuiabá, no mais equilibrado, mais responsável, em quem ama essa cidade. Tudo isso valeu", disse.



Emanuel Pinheiro vence pelo placar de 51,15% contra 48,85% nas urnas

JUDICIÁRIO

Mulheres voltam a comandar o TJ

Da redação

Após quase três décadas, uma mulher assume novamente o comando do Poder Judiciário Mato-grossense. A desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas foi eleita presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) para o biênio 2021/2022. A eleição da nova diretoria do TJMT ocorreu na tarde da última quinta-feira (26) durante a sessão extraordinária administrativa do Tribunal Pleno.

Maria Helena é a segunda mulher eleita para o cargo. A primeira foi a desembargadora Shelma Lombardi de Kato, que

esteve na presidência entre 1991 a 1993.

Dos 29 desembargadores que compõem o Pleno, 15 votaram em Maria Helena. Os desembargadores Luiz Ferreira da Silva, Sebastião de Moraes Filho e Juvenal Pereira da Silva, que também concorriam à vaga, conseguiram 11, dois e um votos, respectivamente.

Única desembargadora inscrita para concorrer ao cargo de vice-presidente, Maria Aparecida Ribeiro foi eleita após receber 26 votos. Dois votaram em branco e um anulou o voto durante a votação para o cargo.

José Zuquim Nogueira foi eleito corregedor-

geral da Justiça. Ele recebeu 18 votos contra 10 do desembargador Pedro Sakamoto, que também concorria à vaga. Um desembargador votou nulo.

ÓRGÃO ESPECIAL - Na mesma sessão, o Tribunal Pleno também elegeu desembargadores para ocupar vagas no Órgão Especial, responsável por julgar matérias administrativas e jurisdicionais delegadas pelo Tribunal Pleno.

Dos onze que disputavam as vagas, cinco foram eleitos: Carlos Alberto Alves da Rocha, Clarice Claudino da Silva, Rui Ramos Ribeiro, Marcos Machado e Nilza Maria Pôssas de Carvalho.

SEGUNDO TURNO

Mais de 90 mil pessoas não compareceram às urnas em Cuiabá

Da redação

Mais de 90 mil eleitores de Cuiabá deixaram de votar no último domingo (29), no segundo turno da eleição para prefeito. Segundo dados da Justiça Eleitoral, dos 378.097 eleitores que estavam aptos a votar, 93.745 deles não participaram no pleito, o que representa 24,79%.

O número de abstenção no segundo turno em Cuiabá cresceu em 12,62% em comparação à primeira fase da elei-

ção. No dia 15 de novembro, 83.236 eleitores se abstiveram.

Votos nulos e brancos - Dos 284.352 que compareceram às urnas, 2,23% votaram em branco e nulos foram 4,35%.

Resultado - Emanuel Pinheiro (MDB) foi reeleito prefeito de Cuiabá. Ele conseguiu 135.871 votos, representando 51,15% do total. Seu adversário, Abílio (Podemos) teve 129.777 votos, que representou 48,85% do total.

PRIMEIRA ELEITA

A mulher que reescreve a história de Cáceres

Da redação

Prefeita eleita com 38,16% dos votos em Cáceres será a única mulher a governar uma das 10 principais cidades de Mato Grosso. Eliene Liberato (PSB) será a primeira mulher a governar o município, após derrotar nas urnas outros quatro candidatos. Com pouco mais de um mês para assumir o cargo, Eliene já trabalha na transição.

Não que seja uma tarefa tão árdua. Afinal, Eliene atuou como vice-prefeita na gestão Francis Maris (PSDB) durante os últimos oito anos e conhece bem a máquina pública. "Recebo a prefeitura melhor do que quando assumimos no passado", recorda.

Inicialmente, a futura gestora pretende nomear apenas oito secretários, das quinze cadeiras que existem atualmente. "Quem ajudou a eleger, vai ajudar a governar. Entretanto, os nomes

escolhidos terão que ter conhecimento técnico para agregar, pois a população vai cobrar resultados e eu, como mulher, mais ainda", reforça.

Cáceres está entre os 10 maiores municípios de Mato Grosso, com uma população estimada em mais de 94 mil pessoas (IBGE 2020). A cidade também é considerada ponto estratégico para a economia estadual, com a instalação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE).

Eliene diz que apostará em uma "gestão sem vaidades" nos próximos quatro anos, baseada em diálogo e alianças. A futura gestora é a primeira mulher eleita em Cáceres e a segunda à frente da prefeitura. Ana Maria da Costa e Faria foi a primeira, nomeada em 1983 pelo então governador Júlio Campos.

Descreditada durante a campanha elei-

toral, Eliene conseguiu virar o jogo na contagem dos votos. Contudo, ela acredita que terá que trabalhar em dobro para ter reconhecimento.

"Na campanha, minha determinação e disposição para o trabalho ajudaram. Apesar das várias ideologias que me apoiaram na campanha, eu pude ser eu. Essa vitória foi uma quebra de paradigmas, mas agora vem o maior desafio, que é mostrar que somos capazes", reforça a prefeita eleita.

Com o anúncio da vitória, Eliene relata que as piadas e mensagens sexistas continuaram a chegar. "Será que vai dar conta?", dizia uma delas.

Ao final dos quatro anos de mandato, a expectativa da prefeita eleita é de atingir resultados iguais ou próximos dos que lhe serão passados nesta transição de governo. A prefeita eleita também antecipou que buscará

apoio do governador do Estado, Mauro Mendes (DEM) e parlamentares da Assembleia e Congresso Nacional para governar.

"Acabou as eleições no dia 16. Vamos desmanchar os palanques e unir forças. Serei uma

gestora para todos e não criarei situações para dificultar qualquer projeto que seja benéfico para a cidade. Não tenho essa vaidade e quero o melhor para a população", garantiu Eliene.

Dentre os projetos que a futura gestora

pretende realizar estão a conclusão da instalação da ZPE e transformar Cáceres em um polo de saúde no estado. Hoje, a cidade já atende à demanda de toda a região Oeste, composta por 22 municípios.

Reprodução/Facebook



Vice-prefeita por oito anos, Eliene conhece o 'riscado' e pretende buscar apoio da bancada federal para seus projetos

MODERNIZAÇÃO

Simplificação no sistema de licenças ambientais, com prazo máximo de 30 dias para emissão, deverá atrair investimentos para o estado

MT avança na desburocratização

Mayke Toscano/Secom-MT



Da redação

Buscando simplificar a forma de emitir as licenças ambientais, o governador Mauro Mendes (DEM) apresentou na última segunda-feira (23) o programa de modernização e desburocratização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema). Segundo o governador, a ferramenta traz um novo marco no processo de licenciamento por oferecer mais segurança e celeridade na emissão do documento, o que deve facilitar novos investimentos no estado.

Durante o lançamento, foram apresentadas

a automatização das cobranças das taxas e de autuação, a Licença Por Adesão e Compromisso (LAC) e a Licença Ambiental Simplificada (LAS), sendo que as duas últimas são voltadas a empreendimentos de menor porte, complexidade e potencial poluidor.

“Esse projeto lançado vai permitir que um grande número de atividades econômicas possa obter licenciamento ambiental de forma muito rápida, muito célere, sem burocracia, fazendo com que essas atividades tenham a regularidade ambiental sem criar as grandes confusões e demoras que sempre foram muitos presentes no Estado de Mato Grosso”, disse Mendes em entrevista coletiva.

O sistema estará disponível para a partir desta terça-feira (24). O prazo para entrega do documento é de 30 dias, mas o governador acre-

ditada que o tempo será menor. Mauro acredita que a desburocratização vai trazer permitir o crescimento da economia e colaborar na geração de empregos.

“Isso vai trazer todos os benefícios que essas licenças e que esses impedimentos terão para Mato Grosso, crescimento na economia, na geração de empregos, desenvolvimento regional, e tudo isso é extremamente importante e vai ao encontro daquilo que queremos para Mato Grosso”, avaliou.

A Licença Ambiental Simplificada (LAS), por exemplo, pode ser feita digitalmente, pelo sistema e-SAC disponível no portal da Sema. Assim como a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), totalmente online e com emissão automática, por meio do SIGA (Sistema Integrado de Gestão Ambiental), disponível no site da Sema.

“A partir de amanhã, o sistema estará no ar



Mendes aponta que agiliza na emissão de licenças ambientais irá estimular investimentos em Mato Grosso

permitindo que o cidadão entre em qualquer canto do estado, ele possa pedir essas licenças e tê-las em menor espaço de tempo pos-

sível. O prazo máximo é de 30 dias, mas nós acreditamos que em 10 dias grande parte dessas licenças serão fornecidas, o que vai ser um

recorde absoluto, talvez até em nível nacional, em termos de licenciamento, de segurança e transparência”, comentou.

INFRAESTRUTURA

MT-100 receberá pavimentação

Karine Miranda | Sinfra-MT

O governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra), assinou contratos para realização dos serviços de melhoria, adequação da capacidade e segurança, além de pavimentação de um trecho da MT-100, na região do Araguaia, em Mato Grosso. As obras serão realizadas em uma extensão de 14,0 km da rodovia e serão investidos R\$ 79 milhões para as melhorias.

Será realizada a pavimentação de um trecho de 29,3 km, entre os municípios de Araguaína e Ponte Branca, além de outros 20 km do entroncamento da MT-463, em Ponte Branca, até o acesso ao município de Ribeirãozinho. Para executar essa obra, o governo assinou contrato com a Construtora São Cristóvão Ltda e o investimento será de R\$ 55,6 milhões.

Ainda na MT-100, também serão executados os serviços de melhoramento em 45,4 km, no trecho que compreende o entroncamento da MT-461, que dá acesso à cidade de Ribeirãozinho, até o entroncamento da MT-466, em Torixoréu. O contrato foi assinado junto à empresa Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda e serão investidos R\$ 23,4 milhões.

De acordo com o secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Marcelo de Oliveira, a MT-100 é considerada uma rodovia estruturante na região do Araguaia, já que interliga os municípios do Vale do Araguaia a região até o Sul de Mato Grosso, sendo muito utilizada para o escoamento de grande parte da produção agrícola.

Por isso, segundo o secretário, são necessárias as obras para garantir a trafegabilidade dos usuários da rodovia,

especialmente em trechos onde hoje o asfalto é considerado de péssimo estado para o tráfego e em outros pontos onde a pavimentação foi iniciada há anos, paralisada e não concluída.

“Vamos realizar as melhorias nesse trecho da rodovia que, somadas a todas as obras que já estamos realizando na MT-100, vão permitir o escoamento da produção do agronegócio, através da continuidade da MT-100 em direção ao município de Alto Taquari, até a divisa de Mato Grosso do Sul, tornando-se fundamental para o acesso ao Porto de Santos, em São Paulo”, afirmou o secretário.

OUTRAS OBRAS - Além da obra a ser iniciada, novas melhorias na MT-100 já estão em andamento. Entre elas, a construção da ponte de concreto sobre o rio Tinioso, localizada na MT-100 no município de Pontal do Araguaia, que terá 50 metros de ex-

tensão. Além da ponte, também serão executadas as obras de cabeceiras, em uma extensão de 1,93 km. Serão investidos R\$ 4,5 milhões para a realização dessas melhorias.

Está em andamento a construção de outras quatro pontes de concreto na MT-100, sobre o córrego Pitomba e rio Ouro Fino, em Barra do Garças, além do córrego Sete Voltas, em Ponte Branca, e o rio Claro, em Alto Araguaia. Os investimentos somam aproximadamente R\$ 10 milhões.

Também está em andamento a pavimentação de 18 km da MT-100, do trecho que vai do fim da pavimentação no município de Torixoréu até o início da pavimentação para Pontal do Araguaia. Este trecho é o único que falta ser pavimentado para interligar os municípios por via asfaltada. Serão investidos R\$ 19 milhões nessa obra.

NOVO DECRETO

Cuiabá eleva limite de eventos e cultos

Da redação

Cultos religiosos e eventos em Cuiabá passam a ter, a partir da última quarta-feira (24), sua capacidade aumentada para 70% do total do ambiente, respeitando todas as medidas de segurança contidas nos decretos municipais.

O novo decreto nº 8.204 da Prefeitura de Cuiabá foi publicado nesta terça-feira (23) revogando automaticamente a determinação anterior de público máximo de 200 pessoas para eventos sociais e 300 para eventos corporativos.

O distanciamento em atividades religiosas foi mantido em 1,5m, entre uma pessoa e outra, mas será concedida uma exceção em caso de membros da mesma família. O novo

decreto já foi publicado nas edições de ontem da Gazeta Municipal e do Diário Oficial de Contas.

O documento também libera o exercício de atividades promocionais em geral, tais como demonstração, degustação e distribuição de amostras grátis, em supermercados e congêneres, que têm como objetivo promover as vendas de produtos e serviços.

Para a realização de todas as atividades, deverão ser aplicadas todas as medidas de biossegurança, sendo elas: distanciamento mínimo de 1,5 m entre as pessoas; uso obrigatório de máscaras de proteção e/ou protetor facial em acrílico; oferta permanente de álcool em gel 70%; higienização constante dos produtos.

LEI KANDIR

Wellington Fagundes cobra agilidade de Maia

Gilberto Leite



Sem previsão para votar pagamento da lei Kandir, Fagundes decide pressionar Maia

Da redação

O senador Wellington Fagundes (PL) tenta articular junto ao presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia (DEM-RJ) para conseguir mais agilidade na votação do projeto de Lei Complementar (PLP) 133/2020, que trata sobre o pagamento das compensações da União a Estados e Municípios referente às perdas ocasionadas pela Lei Kandir. O projeto pode render R\$ 1,2 bilhão para Mato Grosso ainda este ano, por isso a pressão pela aprovação.

Na semana passada, o Senado Federal aprovou a proposta apresentada

pelo senador Wellington Fagundes (PL) que regulamenta o pagamento. A mensagem foi encaminhada à Câmara e segue sem previsão de ser apreciada e votada.

À reportagem, o senador disse que não acredita que haverá dificuldades na aprovação do projeto por se tratar de assunto de interesse de Estados e municípios, em acordo com a União.

“Esse projeto de lei complementar faz justiça aos estados e municípios que tem ajudado o Brasil no seu esforço de exportação, garantindo ao país um superávit na balança comercial”, disse Wellington.

Movimentos municipalistas estão esperançosos com a aprovação do PLC. A expectativa é que a proposta seja aprovada no início do próximo mês, para que os governos e prefeituras possam receber as primeiras parcelas ainda neste ano e encerrar 2020 com as contas em dia.

Em maio, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou acordo nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), firmado entre a União, Estados e Distrito Federal para regulamentar a compensação causada pela Lei Kandir. A União deve repassar aos estados R\$ 58 bilhões entre 2020 e 2037.

Além disso, estão previstos mais R\$ 3,6 bilhões após a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 188/2019, conhecida como PEC do Pacto Federativo, e mais R\$ 4 bilhões referente a título de bônus de assinatura quando ocorrer os leilões dos blocos de Atapu e Sépia. Somando esses valores, os entes federativos devem receber R\$ 65,5 bilhões.

De acordo com o senador Wellington Fagundes, Mato Grosso deve receber R\$ 6,5 bilhões, a título de compensação, sendo que R\$ 1,2 bilhão deve ser transferido ainda neste ano.

POLÊMICA NA EDUCAÇÃO

Secretário de Educação diz que informação sobre fechamento de 300 escolas é boato e vai à Assembleia na última quinta (25) explicar a situação

Porto: "Não fecharemos escolas"

Marcos Vergueiro/Secom-MT

**Da redação**

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc) comunicou que não fechará 300 escolas estaduais. A declaração foi dada como resposta ao deputado estadual Lúdio Cabral (PT), que afirmou nas redes sociais que o governo pretende adotar a medida para cortar custos, o que motivou uma série de protestos contra o fechamento dessas unidades.

O secretário da pasta, Alan Porto, estará na Assembleia Legislativa na última quarta-feira (25) atendendo à convocação feita pelos parlamentares para explicar a situação. Contudo, ele já adiantou que a afirmação não é verdadeira.

"Posso afirmar e fazer compromisso de que não fecharemos 300 escolas, como querem fazer crer alguns com o discurso político de fake news", diz Alan Porto.

Em nota, a Seduc explica que haverá um reordenamento de algumas escolas devido à má estrutura. Como exemplo, citou a Escola Estadual Salim Delício, no bairro Parque Cuiabá. Os alunos serão transferidos temporariamente para as escolas Alice Fontes e Heliodoro Capistrano, enquanto uma nova sete é construída para a Salim Delício.

A secretaria também explicou que as creches estaduais Maria Eunice Duarte de Barros, que fica no Centro Político

Administrativo, e Nasla Joaquim Aschar, localizada na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, serão repassadas para a gestão da Prefeitura de Cuiabá a partir de 2021, já que a educação infantil é de responsabilidade dos municípios.

"O que nós estamos fazendo é um diálogo com municípios e com as duas creches, de forma muito transparente, em conjunto com o Ministério Público, para fazer esta transição para o município, que precisa atender o ensino infantil", explicou o secretário.

A Seduc afirma que todas essas informações foram repassadas aos assessores pedagógicos dos polos educacionais, diretores dos Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (Cefapro), aos membros do Fórum Estadual de Educação (FEE), aos diretores do Sintep e aos deputados Henrique Lopes e Lúdio Cabral, ambos do PT, que apresentaram a convocação do secretário para prestar esclarecimento sobre o assunto.

CRÍTICAS - Nas redes sociais, Lúdio disse que a "mentalidade de patrão" do governador Mauro Mendes (DEM) fala mais alto ao cogitar a possibilidade de fechamento das 300 escolas.

"A educação precisa de fortalecimento, de melhorias na estrutura nas escolas e nas condições de trabalho, para que a educação aconteça próximo de onde as crianças e jovens vivem. Com as escolas fechadas, onde eles vão estudar? É preciso investir em educação e não cortar, como o governador maldosamente vem fazendo", disse.



Porto explica que escolas em estado precário serão remanejadas para construção de novas sedes

EDUCAÇÃO EM PAUTA

Porto explica polêmica das escolas

Da redação

Dezenove escolas estaduais passarão pelo processo de "reordenamento" a partir do próximo ano pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc). Algumas serão desativadas, outras, doadas aos municípios ou passarão por reformas. A informação foi confirmada pelo secretário de Educação Alan Porto, que esteve na manhã desta quarta-feira (25) na Assembleia Legislativa para explicar aos deputados a polêmica sobre o suposto fechamento de escolas estaduais.

"Vamos deixar claro: ninguém está fechando

escolas. Apresentei um redimensionamento de escolas que não têm condições físicas de existir", disse o secretário.

Porto explica que a medida foi adotada após estudo da Seduc envolvendo 86 escolas, que identificou que cerca de 70% delas estão com espaços ociosos ou com infraestrutura inadequada. Segundo ele, serão investidos R\$ 44,2 milhões na melhoria da infraestrutura escolar, por meio do programa Mais MT.

Como exemplo, Porto comentou que duas escolas em Nova Marilândia oferecem ensino fundamental no período

do vespertino. Por isso, no próximo ano apenas uma delas funcionará, nos períodos matutino e vespertino. Já em Várzea Grande, a prefeitura manifestou interesse no prédio da Escola Estadual Mercedes para atender aos anos iniciais do ensino fundamental.

O gestor disse que o Estado gasta R\$ 14 mil por mês com a locação da Escola Estadual Hernandy Baracat e que a estrutura do prédio é insalubre. Os alunos dessa escola serão remanejados para outras duas unidades próximas, como Dunga Rodrigues e Professor Demétrio de Souza.

Alunos e servidores das escolas que estão na lista do processo de "reordenamento" reclamam que a decisão foi adotada sem diálogo. Eles estiveram na manhã desta quarta-feira (25) na Assembleia Legislativa durante a sabbatina do secretário de Educação, para pedir que as unidades não sejam fechadas.

A decisão do governo causou polêmica após informação de que seriam fechadas cerca de 300 escolas. Porto ressaltou que a medida adotada não trata de fechamento, mas sim de otimização dos espaços.

ELEIÇÃO ATÍPICA

Biometria prejudicou candidatos que têm base na periferia

Da redação

Este ano as eleições municipais tiveram um ar diferente, não apenas por causa da pandemia, que trouxe várias medidas de biossegurança para evitar a proliferação do vírus. A campanha foi mais curta e as redes sociais tomaram o lugar do corpo a corpo de outras épocas. Além disso, os candidatos que têm base na periferia dizem ter sido prejudicados pelo cadastramento biométrico.

Em Mato Grosso, 168.022 eleitores tiveram o título cancelado por não terem comparecido no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) no período previsto para fazer o cadastramento da biometria. Destes, 85.432 são eleitores de Cuiabá.

Com a pandemia, o uso da biometria foi cancelado no dia da votação, mas o eleitor que não se cadastrou ficou impedido de votar no dia 15, o que frustrou muitos candidatos que tentavam conquistar uma vaga na Câmara Municipal. O cancelamento e as

abstenções por medo do coronavírus são apontados como as principais razões para que candidatos que fizeram sucesso nas urnas na eleição passada ficassem de fora este ano.

Ricardo Saad (PSDB), vereador que não conseguiu ser reeleito, conta que viu em seu grupo várias pessoas que tiveram o título cancelado. "Isso (biometria e abstenção) foi o que dificultou e muita gente ficou sem votar. Em uma reunião feita no período eleitoral, de dez pessoas, cinco não tinham feito a biometria, então só aí eu perdi 50% dos votos e isso foi somado ao medo da covid", disse Saad, que conseguiu 1.605 votos.

Outro vereador que se diz prejudicado pela biometria é Adevaír Cabral (PTB). Apesar de reeleito com 3.622 votos, ele teve 870 votos a menos que em 2016. Adevaír, que tem a maioria da sua base na região da Grande CPA, também conta ter visto vários casos de apoiadores seus com título cancelado.

A jornalista Oziane Rodrigues que também despontou na campanha como uma das favoritas para conquistar uma vaga na Câmara Municipal, obteve 813 votos. Com reduto eleitoral na região do Jardim Liberdade, Del Rey e Osmar Cabral, a candidata optou por atuar diretamente no corpo a corpo, visitando os bairros de periferia.

"No dia da votação, muitos dos meus eleitores alegaram que não conseguiram votar, pois o título estava cancelado e eles não sabiam. Somando a nossa projeção, perdemos em torno de 500 a 600 votos, que poderiam ter nos colocado na Câmara", disse.

No próximo domingo (29) acontece o segundo turno da eleição em Cuiabá e mais de 83 mil eleitores que se abstiveram no primeiro turno poderão votar normalmente. Já os mais de 85 mil que estão com o título cancelado terão que aguardar o final da eleição municipal para poder regularizar a sua situação junto ao TRE.

PREVIDÊNCIA

Projeto que isenta inativos trava na Assembleia Legislativa

Da redação

Há cinco meses em tramitação na Assembleia Legislativa, segue emperrado o projeto de lei complementar (PLC) que isenta da contribuição previdenciária extraordinária de 14% os servidores aposentados e pensionistas que recebem abaixo do teto do INSS, que hoje está em R\$ 6,1 mil. Na última quarta-feira (25), o autor da proposta, deputado Lúdio Cabral (PT), cobrou o parecer da Comissão Especial para dar andamento à proposta.

Lúdio explica que a votação precisa ocorrer logo porque serão necessárias alterações no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2021 para assegurar o cumprimento da isenção aos inativos. Contudo, o projeto ainda precisa passar pela análise da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) antes de ser votado.

"Não dá mais pra gente protelar esse debate,

mesmo que a Assembleia tome a decisão de não aprovar o projeto, ele tem que ser pautado. Tenho convicção, pela leitura da fala dos colegas deputados, que nós vamos ter mais dos que os 13 votos que tivemos na primeira votação", disse, durante a sessão.

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (DEM), cobrou do deputado Carlos Avallone (PSDB), presidente da Comissão Especial, que apresente o parecer. Botelho comentou que caso o documento não seja entregue logo vai encaminhar o projeto para análise das Comissões Permanentes, mas não firmou um prazo.

"Já substituí a comissão e criei uma outra de prazo que está se estendendo e a comissão não encaminhou ainda. Eu vou ter que mudar novamente a comissão?", questionou.

A reportagem tentou conversar com o Avallone, mas a ligação não foi atendida. Na sessão,

Avallone disse que tem conversado com os deputados e que fez o compromisso de apresentar uma solução antes do recesso, "num processo melhor de negociação".

PLC 36 - A proposta foi aprovada em setembro em primeiro turno com 13 votos e depois retornou para análises das comissões para iniciar a segunda votação. No entanto, lideranças partidárias apresentaram um substitutivo integral alterando a redação da proposta mantendo o desconto que ocorre atualmente.

O autor da proposta disse que o substitutivo apresentado pela base do governo era uma manobra para evitar que a votação ocorra antes das eleições. O deputado comentou que a média dos servidores recebem R\$ 3,5 mil e que a isenção, aprovada aos servidores inativos que ganham até R\$ 3 mil na primeira etapa da reforma da previdência estadual, não alcança praticamente ninguém.

DESAFIO ESTRUTURAL

Mato Grosso é um dos Estados que mais precisa ampliar os investimentos em saneamento básico para atender o novo Marco Legal

A economia que é jogada na fossa

Agência Brasil/Arquivo



Da redação

Mato Grosso é o estado que mais precisa investir em saneamento básico até 2033. O prazo é uma das exigências do novo Marco Legal do Saneamento Básico, que visa a universalização dos serviços no Brasil. A ausência de saneamento básico no país gera prejuízos econômicos e sociais, além da desvalorização imobiliária. No estado, para atingir as metas da nova lei, Mato Grosso precisaria investir mais de R\$ 4,7 mil por habitante entre 2018 e 2033, aponta pesquisa feita pelo Instituto Trata Brasil.

Até 2018, dos 3,4 milhões de habitantes de Mato Grosso, 89% tinham acesso à água potável e apenas 36% possuía coleta de esgoto. Os dados são de um estudo feito pelo Instituto Trata Brasil com a GO Associados, publicado neste mês de novembro. Ele revela quais são as necessidades de investimentos no país para cumprir o novo Marco Legal do Saneamento (Lei 14.026/2020).

Sancionado em julho deste ano, o novo Marco estabelece metas a serem alcançadas até 2033 e amplia a participação do setor privado em serviços de saneamento básico no país. De acordo com a lei, dentro desse período, 99% da população brasileira deverá ser atendida com água tratada em suas residências, sendo que 90% dela terá serviços de coleta e tratamento de esgoto.

Entretanto, a pesquisa mostra que 17

unidades da Federação têm média histórica de investimentos muito abaixo do previsto para atingir a universalização dos serviços dentro do prazo. Uma delas é Mato Grosso, que é apontado como o estado com mais necessidade de investimento per capita. “Seu investimento entre 2014 e 2018 superou apenas 19% da necessidade de investimentos per capita para a universalização”, ressalta o instituto.

Pelos cálculos do instituto, o investimento per capita em Mato Grosso, entre 2018 e 2033, seriam de R\$ 4.766 por habitante, para atender às metas da lei.

“Em média, a renda mensal da população que mora em residências com saneamento é cerca de 2,85 vezes maior em comparação àquelas que não têm acesso nas dez maiores cidades de Mato Grosso, o que de-



Apenas 36% dos habitantes de Mato Grosso tem acesso à coleta de esgoto; Estado é um dos que mais precisa investir no saneamento

monstra a necessidade de universalização do saneamento para melhoria da saúde e qualidade de vida da população”, ressalta a pesquisa.

Compõem a lista dos dez maiores municípios de Mato Grosso: Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Tangará da Ser-

ra, Cáceres, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Primavera do Leste e Barra do Garças. Juntas, elas representam 50,22% da população do estado.

Ganho com universalização chega a R\$ 1,2 trilhão

Da redação

Em plena pandemia, quase 35 milhões de brasileiros vivem em locais sem abastecimento de água potável e quase metade não dispõe de coleta de esgoto. Esse problema impacta negativamente no desenvolvimento econômico do país.

“Os investimentos feitos e o maior acesso das pessoas trazem ganhos econômicos e sociais concretos, especialmente nos setores da saúde, educação, produtividade, turismo e valorização imobiliária”, apontou estudo feito pelo Instituto Trata Brasil, intitulado Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento Brasileiro 2018.

Nessa pesquisa observou-se que, em duas décadas, o Brasil teria até R\$ 1,2 trilhão em ganhos econômicos e sociais trazidos pela expansão dos serviços de saneamento básico. Isso

já descontados os custos da universalização.

Para se chegar a esse valor, o instituto detalhou os ganhos obtidos nas áreas que mais são influenciadas pela falta de saneamento básico. Dentre elas estão: geração de renda e emprego, saúde, educação, turismo e valorização imobiliária.

Levando em consideração que a falta de água tratada tem impacto direto sobre a saúde, o levantamento ressaltou quais seriam os efeitos futuro para a Saúde Pública.

“A economia com a melhoria das condições de saúde da população brasileira projetada para o período 2016 a 2036, tomando por base os afastamentos do trabalho e internações ocorridos em 2016, deve ser em média de R\$ 297 milhões. Em vinte anos (2016 a 2036), considerando o avanço gradativo do saneamento, o valor presente da economia com saúde, seja

pelos afastamentos do trabalho, seja pelas despesas com internação no SUS, deve alcançar R\$ 5,9 bilhões no país”, descreve a pesquisa.

Em 2018, somente nos dez maiores municípios de Mato Grosso foram registradas 590 internações por doenças associadas à falta de saneamento. O número representou 14,9% do total dessas internações no estado.

Já no campo do turismo, estima-se ganhos de R\$ 2,1 bilhões por ano na renda do setor no Brasil. Dentro de um período de duas décadas (2016 a 2036), o valor chegaria a R\$ 42,8 bilhões.

“Isso significará uma renda maior para os trabalhadores do setor, maiores lucros para as empresas e impostos também maiores para os governos, principalmente para os municípios que recebem impostos sobre os serviços e as atividades de turismo”, ressalta o instituto.

AINDA EM CRISE

Academias contestam horários

Da redação

O final de ano pode ser magro para o setor de academias em Cuiabá. O segmento permanece sob constante insatisfação com o poder público municipal, do qual impõe ainda restrição de horário devido à pandemia causada pelo novo coronavírus. As academias de musculação, natação e congêneres podem funcionar de segunda a sábado das 6h às 14h e das 16h às 21h. De acordo com a Associação Brasileira de Academias (Acad) em Mato Grosso, o setor apresenta melhoras nos quadros de funcionários e de alunos, porém está distante do que era no mesmo período do ano passado, ainda mais com a chegada do final de ano.

“Historicamente o número de alunos tende a aumentar com a chegada das festas de final de ano, são pessoas que buscam por uma disposição melhor, corpo mais tonificado, e mesmo para aquelas eu precisam se manter mais saudáveis diante de complicações médicas. Porém com horário restrito, principalmente no horário pós-almoço, as academias estão com dificuldades de absorver esse público”, explicou Celso Mitsunari, representante da Acad Brasil.

Segundo ele, os empresários não entendem a determinação da prefeitura de manter as academias fechadas das 14h às 16h. “Não é possível que a prefeitura de Cuiabá acredite que a covid-19 seja transmitida das 14h às 16h. Não conseguimos entender essa política restritiva. Em Mato Grosso, são aproximadamente 1.000 academias, em Cuiabá são aproximadamente 300, algumas nem conseguiram voltar, faliram, mas esta é uma dura realidade apenas em Cuiabá que mantém essa política irracional”, desabafou.

Em Cuiabá as academias representam o segmento que mais tempo permaneceu sob total restrição, mesmo sendo considerada uma atividade essencial por parte do governo brasileiro. Um dos maiores empresários do segmento Fitness de Mato Grosso, Amir Maluf, pondera sob o ponto de vista econômico e trabalhista com a restrição.

“Todo o setor fitness é penalizado, o custo em manter o funcionamento ficou mais elevado, pois matemos um rígido protocolo de biossegurança, e isso exige mais profissionais de limpeza e atendimento. De outro lado, o número de alunos diminuiu com restrição de um horário muito

importante, e ainda traz transtornos às empresas, pois os funcionários ficam impedidos de trabalharem das 14h até às 16h”, ponderou.

“Antes da pandemia o setor emprega no estado mais de 4,5 mil profissionais da área da saúde, apenas nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, e as demissões superaram a casa dos 40%”, contabiliza Celso Mitsunari.

“Todas essas implicações não permitiram até o momento a recuperação financeira do setor que amargou meses de fechamento e teve a maior crise histórica”, defende Amir Maluf.

De acordo com o último Boletim Informativo nº 260, com o panorama da situação epidemiológica da covid-19 em Mato Grosso divulgado na última segunda (23), os 141 municípios do Estado se configuraram na classificação de risco baixo de infecção. Esse status já se mantém por 21 dias.

O sistema de classificação que indica o nível de risco é definido por cores: muito alto (vermelho), alto (laranja), moderado (amarelo) e baixo (verde). De acordo com a definição dos riscos, é necessária a adoção de medidas restritivas para o controle da propagação do coronavírus nas cidades.

Gilberto Leite/ Ilustração

CASO ISABELE

Ministério Público pede internação de adolescente

Da redação

O Ministério Público Estadual (MPE) pediu na última segunda-feira (23), junto à 2ª Vara da Infância e Adolescência da Capital, a internação de seis meses da adolescente de 15 anos autora do disparo que matou Isabele Guimarães Ramos, 14, no dia 12 de julho, no condomínio Alphaville, em Cuiabá.

O pedido foi realizado pelo promotor Vinícius Gahyva, que alegou que pelo “ato infracional praticado pela garota, cabe internação de três anos, no entanto, a cada seis meses são feitas as verificações da conveniência da continuidade ou baixa da medida socioeducativa de internação”.

A partir do recebimento do pedido de internação, a defesa da adolescente

que é patrocinada pelo advogado Artur Osti, tem oito dias começados a contar na terça-feira (24), para apresentar o argumento contraditório para que a adolescente não seja internada.

Gahyva acredita que Cristiane Padim finalize a ação, com decisão de aplicação de medida socioeducativa.

A adolescente chegou a ficar apreendida no Complexo Socioeducativo Menina Moça, no entanto, menos de 12 horas foi liberada.

O CASO - Isabele foi morta no dia 12 de julho na residência da família Cestari. A adolescente teria ido ao local a pedido da melhor amiga para que juntas fizessem uma torta de limão. Quando se preparava para retornar para a sua casa, por volta das 22h, acabou acontecendo o crime.



Academias de Cuiabá cobram de prefeitura ampliação de horário de funcionamento

FIQUE ESPERTO!

Estelionatários estão em polvorosa com o pagamento do 13º e fazem vítimas em Mato Grosso com fraudes cada vez mais elaboradas

Golpes aumentam no fim do ano

Marcelo Casal Jr./Agência Brasil

**Da redação**

Com a proximidade do prazo final de pagamento da primeira parcela do 13º salário, dia 30 de novembro, o número de golpes financeiros aumenta no Brasil. Até o dia 20 de dezembro, a gratificação deverá injetar R\$ 215 bilhões na economia, o que desperta o interesse dos criminosos. Em Mato Grosso, fraudes como a do 'falso funcionário' e o 'golpe do motoboy' já fazem vítimas, o que levou as instituições financeiras a emitirem alertas.

Conforme a Federação Nacional dos Bancos (Febraban), ao logo do período de isolamento social, o registro de tentativas de phishing – truques na internet para enganar vítimas – cresceu 80%. Em seguida, estão golpes como o do falso funcionário (70%) e do motoboy (65%).

Uma das últimas vítimas de golpes financeiros foi A.P.E., 60 anos, moradora de Várzea Grande. O golpe, que

começou por uma chamada telefônica, supostamente em nome da Caixa Econômica Federal, resultou em um prejuízo de R\$ 16 mil no último dia 16 de novembro. A filha da vítima, A.M., não desconfiou que a interlocutora do outro lado da linha fosse uma golpista.

"Ela se identificou como da Caixa Econômica, que estava comunicando que o cartão da conta poupança da minha mãe estava clonado e que tinham feito compras em nome dela", conta.

Para surpresa da vítima, a suposta funcionária da Caixa foi capaz de citar, em detalhes, todos os dados bancários da conta bancária da mãe, inclusive o saldo e endereço residencial da família.

"Na hora eu desconfiei e disse que era golpe, mas ela [golpista] disse que, caso eu desconfiasse, ligasse para o número 0800 que estava atrás do cartão de crédito da minha mãe. Foi o que fiz, desliguei o telefone e liguei. Logo tocou aquela música de atendimento da Caixa e a atendente falou comigo, confirmando tudo. Pediram para que eu entregasse o cartão em uma agência da Caixa, mas que devido à pandemia um serviço de recolhimento desses cartões estava

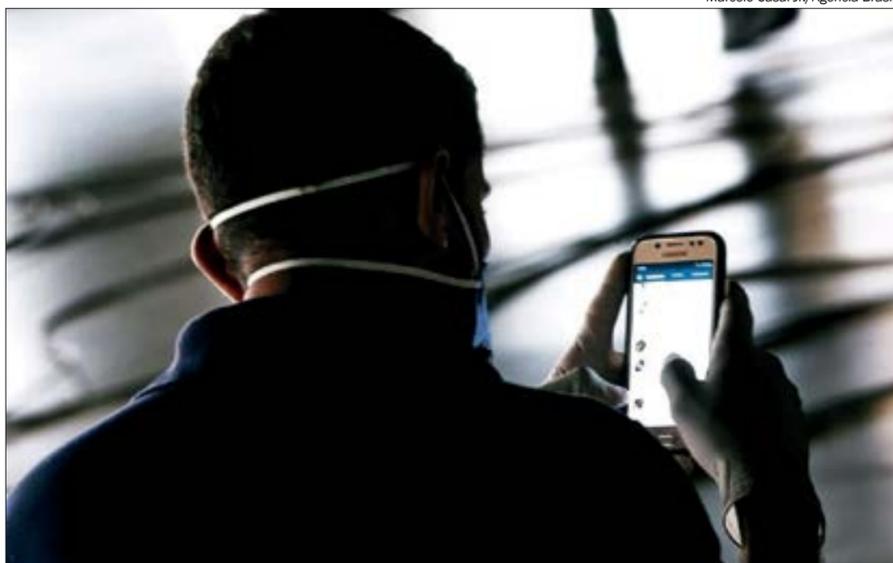
sendo feito", recorda a filha da vítima.

Com a confiança da jovem conquistada, a golpista fez com que a vítima permanecesse na linha até que o falso funcionário da Caixa chegasse para recolher o cartão. Ao todo, foram 2h30 ao telefone. "Chegou um rapaz vestido com roupa social em um veículo Palio, com identificação do banco, tudo certinho", recorda A.M.

A Caixa reforça que nunca recolhe cartões bancários, mesmo que inutilizados. Pedir que o cliente digite ou informe senhas também não é uma prática do banco. Caso precise jogar fora um cartão, destrua-o completamente, cortando seu chip ao meio, e nunca o entregue a ninguém.

Foi só depois de algum tempo que a A.M. percebeu que tinha caído em um golpe. Ao chegar à delegacia para registrar o boletim de ocorrência, encontrou outras duas vítimas do mesmo golpe. "Todos eram da mesma agência da minha mãe, por isso desconfiamos que seja alguém de lá de dentro repassando essas informações", lamenta A.M.

Algumas tipificações de golpes financeiros mais comuns são descritas no portal da Febraban, que também ensina como não cair nelas.



Novo método permite que golpistas 'capturem' a ligação para o número correto do banco, facilitando a fraude

COMO SE PREVENIR

Caso você desconfie de alguma ligação vinda da Caixa, desligue o telefone e retorne para a Central de Atendimento Cartões Caixa, ligando de

outro número de telefone ou preferencialmente 5 minutos após a ligação suspeita.

Os golpistas grameiam o telefone do cliente por

até 2 minutos após a finalização do contato. Assim, mesmo que a vítima ligue para o número correto, é o fraudador quem atende a ligação.

COMO FUNCIONA O GOLPE

O golpista liga se passando por um funcionário do banco ou da administradora de cartões, muitas vezes informando os dados verdadeiros do cliente para passar credibilidade, e afirma que o cartão foi clonado ou que há compras sus-

peitas, sendo necessário o cancelamento do cartão.

Para efetuar o cancelamento, orienta o cliente a digitar alguns dados no telefone, entre eles a senha do cartão, e para concluir o cancelamento, orienta o cliente a cortar o cartão ao meio que um motoboy

irá buscar o cartão na residência do cliente ou em outro local para segurança da operação.

Com os dados do cliente, a senha e o chip em mãos, os golpistas fazem diversas compras no cartão, gerando prejuízos de milhares de reais.

DORES DA RETOMADA

Falta de insumos trava a indústria

Da redação

A falta de matéria-prima tem dificultado a produção nas indústrias brasileiras. A depender do segmento, a falta de insumos compromete até 81% da produção, de acordo com o boletim de sondagem especial feito em novembro pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), divulgado na última sexta-feira (27). Algumas das consequências desse problema é o desequilíbrio entre as cadeias produtivas e o encarecimento de produtos para o consumidor final.

A escassez de insumos é um dos reflexos do período de isolamento social, ocasionado pela pandemia de covid-19. Segundo a CNI, o problema ficou mais evidente entre outubro e novembro.

"Os estoques iniciaram novembro ainda baixos e a dificuldade de se conseguir insumos e matérias-primas aumentou. Esse problema desorganiza as cadeias de produção e repercute em quase toda a indústria", pontua a entidade.

O problema ocasionado na base – falta de insumos – repercute nas empresas seguintes até alcançar o consumidor final. Parte desse efeito dominó ocorre porque quase metade da produção da indústria brasileira é vendida

para a própria indústria nacional.

"A empresa que tem dificuldade de adquirir insumos ou matérias-primas tem limitações para aumentar sua produção e desse modo não consegue atender à demanda por seus produtos. A situação rebate na próxima empresa da cadeia produtiva até chegar ao consumidor", explica a CNI.

Entre os setores da indústria de transformação, o que mais reclama a falta de matéria-prima é o de móveis. Segundo a pesquisa, 95% dessas empresas relatam ter enfrentado dificuldades para conseguir insumos e matéria-prima. Esse percentual era de 92% em outubro. A intensificação do problema também chama atenção, uma vez que o percentual de empresas com muita dificuldade passou de 49% para 58%.

O fato gera um entrave para a recuperação da indústria, já que quase metade das empresas enfrenta dificuldades. Em 19 dos 27 setores analisados na indústria de transformação, a dificuldade para atender à demanda afeta, pelo menos, 50% das empresas. Na sondagem de outubro, eram 10 setores nessa situação.

Apenas em dois setores o percentual de empresas com dificuldade

para atender à demanda não aumentou: equipamentos de informática, produtos eletrônicos e outros, com queda de 48% para 42%; e o setor de biocombustíveis, com queda leve de 9% para 8%.

O aumento do problema em novembro deixou o setor menos confiante. Espera-se que o reequilíbrio dentro da cadeia seja estabelecido no 1º trimestre de 2021.

De acordo com a pesquisa, 47% das empresas acreditam em normalização no 1º trimestre de 2021. Outros 30% acham que o mercado se normaliza no 2º trimestre de 2021 e 16%, na segunda metade de 2021 ou além.

"Os percentuais refletem significativa piora das expectativas da Indústria. Em outubro, 28% acreditavam que a normalização se daria em até 3 meses (ou seja, até o fim de 2020). Ou seja, em outubro, 72% acreditavam em normalização a partir do início de 2021. Em novembro, esse percentual subiu para 96%", compara a entidade.

Dentre os setores mais pessimistas estão os de alimentos, têxteis, calçados e celulose e papel. A maioria deles acredita em prazo mais longo para a normalização da cadeia produtiva, no 2º trimestre de 2021.

PRATICIDADE

Lotéricas passam a receber taxas e tributos estaduais

Da redação

A partir desta quarta-feira (25), todas as taxas e tributos que o contribuinte precisar pagar ao Estado poderão ser quitadas nas lotéricas espalhadas nos 141 municípios, assim como nos terminais eletrônicos e apps do banco.

A assinatura simbólica do termo foi feita na manhã da última quarta (25) pelo governador Mauro Mendes e pelo superintendente da Caixa em Mato Grosso, José Antônio da Silva.

AUMENTO À VISTA

TCE manda Prefeitura de Várzea Grande atualizar o IPTU

Gabriel Soares

Moradores de Várzea Grande devem ver o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) crescer no próximo ano. É que o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) percebeu uma defasagem no valor venal usado para cálculo do imposto e determinou que a Prefeitura corrija a Planta Genérica de Valores do município. A decisão foi proferida em julgamento pelo Tribunal Pleno na última terça-feira (24).

O relator da auditoria, conselheiro interino Luiz Carlos Pereira, destacou que os valores venais dos terrenos e edificações estavam desatualizados na Planta Genérica, causando "grave impacto" na arrecadação do município. Foi verificado, por exemplo, que o valor venal do imóvel utilizado como base de cálculo do IPTU 2017 não era compatível com o valor praticado no mercado.

Também foi constatado que o valor venal aplicado como base de cálculo do imposto sobre transmissão de bens

"Nós fechamos uma parceria com a Caixa Econômica e com as lotéricas de todo o estado de Mato Grosso. São mais de 200 lotéricas nos 141 municípios do nosso estado, que vão poder receber, a partir de hoje, taxas, tributos e pagamentos de toda natureza relativas ao Estado", explicou o governador.

Para o superintendente da Caixa no estado, José Antônio da Silva, essa parceria vai trazer mais conforto e evitar transtornos ao contribuinte.

imóveis (ITBI) é maior que o aplicado para fins de cobrança de IPTU.

Diante disso, o relator apontou que ocorreram falhas no recolhimento do IPTU, já que o município concedeu descontos superiores a 20%, chegando, em alguns casos, a 80%.

Luiz Carlos ressaltou ainda que não há registro contábil da atualização monetária do crédito tributário do IPTU no exercício de 2016. "Verifico que, em relação ao IPTU do exercício de 2016, apenas 8,53% do que foi lançado contabilmente com dívida ativa foi efetivamente inscrito, enquanto o registro contábil indicava o montante de R\$ 30,7 milhões, apenas o correspondente a R\$ 2,6 milhões foi objeto de inscrição em dívida ativa", concluiu.

Por unanimidade, o Pleno determinou que a Prefeitura promova a correção da defasagem entre os valores estabelecidos na Planta Genérica e aqueles praticados pelo mercado imobiliário local. A Prefeitura tem 30 dias para emitir novas guias de arrecadação aos contribuintes em débito com o pagamento do IPTU.

ATENÇÃO! CONTINUE COM AS MEDIDAS PREVENTIVAS CONTRA A COVID-19

Use a máscara de forma correta, lave bem as mãos com frequência, evite aglomerações, limpe as superfícies tocadas, mantenha o distanciamento social, se tiver febre, tosse ou dificuldade em respirar, procure assistência médica.



**A PANDEMIA
NÃO ACABOU.**



**PREFEITURA
MUNICIPAL
DE CUIABÁ**